

Demarcando frentes e forças: a construção do território tocantinense

Débora Assumpção e Lima
deborassumpcaolima@gmail.com
Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras chave: fronteira, formação de território, Tocantins.

A expansão da fronteira está ligada diretamente ao aumento da participação governamental sobre o processo de ocupação no interior do país. Este movimento refletiu na legalização e implantação de projetos de colonização, priorizando um fluxo determinado de migração e dando uma crescente complexidade à ocupação do espaço, com reprodução de relações diversas de trabalho.

236

Assim como houve um *gap* entre a revolução de 1930 e a consolidação de um poder urbano no Brasil, a constituição do território tocantinense, mesmo com os movimentos separatistas que se iniciaram no fim do século XIX¹ e que ganharam força na década de 1950 não havia se consolidado. Era necessário que não só a normatização sobre tal espaço fosse mais flexível do que aquela já iniciada pelos planos de desenvolvimento da Amazônia ou para integração nacional, mas que os poderes das elites locais e os grupos que lideravam o movimento pela emancipação do Tocantins fossem rearranjados.

A dinamização de fluxos comerciais foi subsidiária da ocupação de terras, o que possivelmente vem revelar que a finalidade geopolítica, expressão da valorização política do espaço, parece prevalecer ante ao aspecto econômico estrito senso da organização territorial que inclui a região no circuito de trocas desiguais. Era imprescindível quebrar o poder oligárquico e permitir que a estrutura federativa estatal permeasse por todo o território, de modo que o capital estrangeiro atingisse a célula de acumulação primitiva na hinterlândia.

¹O primeiro movimento separatista do Tocantins ocorreu em 1821, impulsionado pelos altos impostos e pouco investimento na região, que transportava mercadorias do Vale Araguaia para o Pará (BRASIL, 2001; LIRA, 2011).

O aumento intervencional estatal foi possível com reinvenção da Amazônia Legal, implantando um centralismo administrativo na região a partir da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia em 1953 e da SUDAM em 1965. Os planos para a “Amazônia Tocantinense” na década de 1970 e 80 através da SUDAM, POLOAMAZÔNIA, SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônica) PROTERRA, PRODIAT, PRODECER, GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins). Nesse sentido, a intervenção estatal na região amazônica de caráter oficial ou particular na forma de empresas e cooperativas de colonização significou a queda do sistema oligárquico por meio da industrialização da agricultura, da fragmentação da propriedade agrícola (mas não de sua democratização). As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros, pela necessidade de colonizar o rural e organizar o urbano em áreas ainda não consolidadas.

Retomando a análise sobre o viés da fronteira, a figura do grileiro torna-se imprescindível para transformar a terra em mercadoria. Apropriando-se de terras através do jogo de influências políticas, utilizando comumente métodos violentos, demarcando e revendendo as terras aos possíveis compradores de fora com pouco ou nenhum conhecimento da região, o grileiro é a versão social espontânea do papel que o Governo assume ao orientar a distribuição de terras (BECKER, 1982, p.187).

Retoma-se o objetivo da expansão da fronteira agrícola: novos pólos espaciais de investimento e a integração dos mercados nacionais. Não obstante, uma frente de expansão maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará de gerando uma crescente ocupação do norte deste território recoberto a época pela mata de babaçu, dando espaço a rizicultura enquanto outra corrente de ocupação rumava em direção ao sudeste Tocantinenses motivada pelos garimpeiros maranhenses e piauienses (AJARA *et al.*, 1991).

A construção Belém-Brasília na década de 1960 repercutiu de imediato na intensificação do fluxo de migrantes nas margens da rodovia que já vinham se deslocando desde a década anterior, num movimento expansionista das frentes extrativista, pastoril e agrícola, e ocupando de modo rarefeito a área do Tocantins-Araguaia. A população aumentou de 328.486 em 1960 para 537.563 em 1970. Desde então, o Tocantins vem

mantendo semelhantes taxas de crescimento, chegando a uma população total de 1.383.445 em 2010 (IBGE, 2007, 2010). Mais do que o incremento populacional, a rodovia alterou, em grande parte, o sentido "espontâneo" das frentes de expansão e a direção de ocupação do Tocantins, que agora se aproximava da margem direita do rio. A migração não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional direcionadas pelo avanço da fronteira agrícola. Assim, a partir da década de 1970 a empresa agrícola se cristaliza, já que o “governo considera impraticável a colonização fundamentada em pequenos e médios proprietários frente à escala de investimentos e da organização empresarial considerados para a rápida ocupação de uma área extensa como Amazônia” (MARTINS, 1997, p.187-188). Estas empresas atraídas por incentivos fiscais se estabelecem neste primeiro momento em especial na parte oeste, ao longo do vale do Araguaia.

A separação do estado do Tocantins torna-se fundamental para a implementação do latifúndio e da empresa agrícola. Mesmo sem grandes áreas do bioma amazônico², o Tocantins entrara na Amazônia Legal como estoque de terras a serviço da internacionalização da agricultura na hinterlândia. A criação da CONORTE – Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano, uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1981 por um grupo elitista de burocratas e empresários nortenses que tinham suas atividades nas capitais Goiânia e Brasília foi fundamental para a emancipação do estado. O nascimento do estado de Tocantins garantiria a elite local do norte goiano espaço no cenário nacional frente ao estado de Goiás, especialmente a elite do sul do estado representada por Goiânia, que dominava a estrutura de poder e deixava o “nortão goiano” “esquecido”. A CONORTE, marco histórico do ideário separatista, tinha como objetivo técnico diagnosticar o potencial político e econômico da região. Além disso, na “Carta ao Tocantins” a CONORTE aponta:

O Norte Goiano esta consciente de que nenhum desenvolvimento é alcançado se a sua busca não se afirmar na trilogia infra-estrutural: ENERGIA E ESTRADAS, convergindo-se como ponto de apoio à ESPANSÃO AGROPASTORIAL.[...] Agilizar a regularização fundiária constituiu assim, ação imediata, que o Norte Goiano reclama dos órgãos governamentais. E sugere, como medida mais urgente, que se acelerem os processos discriminatórios, sem perder de vista também as composições, como

² Vale ressaltar que o bioma amazônico representa 10,3% da área do estado, enquanto o cerrado representa 87,8% do território tocantinense (SEAGRO, 2011).

instrumentos indispensáveis à incorporação de novas áreas agricultáveis ao sistema produtivo (CONORTE, 1982).

Forjada as raízes históricas e as motivações separatistas a partir de tradições inventadas, nacionalismo e representação coletiva era necessário “dividir para somar”, garantindo o poder da bancada política do sul goiano e abrindo o território do norte para explorar seu potencial econômico (OLIVEIRA, 1998). Deste modo, Siqueira Campos tomou posse como primeiro governador do novo estado, assumindo este posto novamente em 1995-98, 1999-2003 e atualmente desde 2011.

A elite que pertence hoje a Tocantins venceu o embate da emancipação, e partir de então vem viabilizando o estado política e economicamente, oferecendo condições políticas e de infraestrutura para a instalação do capital. Assim como descrito por Becker (1982), o espaço tocantinense se reorganiza a partir de uma área de colonização agrícola, porém ocupada por grandes empresas; uma área de interesse nacional, mas ocupada por multinacionais; área de expansão de pastos, mas de intensa urbanização.

Referências bibliográficas

- AJARA, C, FIGUEREDO, A. H., BEZERRA, V. M. C., BARBOSA, J. G. **O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 53 (4): 5 - 48, out./dez. 1991.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CONORTE, Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano. 26º lançamento do Manifesto do Movimento Emancipacionista de Porto Nacional. Brasília, DF, 13 de maio de 1982.
- EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** 2. ed. rev. Belém: UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999.
- IBGE, Censo demográfico 1840/2010. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 54, 1994, 2007.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia legal.** Goiânia, GO: Kelps, 2011. \$\$
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo. Editora Hucitec. 1997.